DATA MERCANTIL
Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 14,15 e 16 de Março de 2026

MNLT S.A.

CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

Relatório da Administração

Aos Acionistas, Mensagem da Administração: A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais. No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de adquirência e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil. Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totalizaram R$ 1.453,1 milhões, apresentando uma redução de 29,6% em relação a 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R$ 2.063,5 milhões. A variação do ativo é explicada, principalmente, pela movimentação das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou R$ 1.048,1 milhões, representando um aumento de 6,7% em relação a 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R$ 982,7 milhões. A evolução apresentada deve-se ao lucro do exercício e a reserva de capital, conforme a constituição dos valores de pagamento baseado em ações no exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido totalizou R$ 59,3 milhões, representando um aumento de 13,8% em relação a 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R$ 52,1 milhões. A variação é atribuída principalmente aos rendimentos das cotas do FIDC TAPSO detidas pela Companhia, que apresentaram desempenho superior no período findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação ao período findo em 31 de dezembro de 2024. Em conformidade com o inciso V, parágrafo 1º, do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.439.249	33.155
Aplicações financeiras	5	–	1.976.583
Tributos a recuperar		–	2.732
Outros créditos		77	92
Total do ativo circulante		**1.439.326**	**2.012.562**
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	7	–	344
Outros créditos		54	60
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	13.421	19.128
Imobilizado líquido	8	336	31.366
Total do ativo não circulante		**13.811**	**50.898**
Total do ativo		**1.453.137**	**2.063.460**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores		80	949
Empréstimos e financiamentos	9	393.779	26.532
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	3.495	4.804
Dividendos a pagar	13.5	563	495
Obrigações tributárias	11	1.155	1.135
Total do passivo circulante		**399.072**	**33.915**
Passivo não circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	5.362	2.903
Empréstimos e financiamentos	9	–	1.027.654
Contas a pagar a partes relacionadas	7	106	15.963
Provisão para contingências	12	545	339
Total do passivo não circulante		**6.013**	**1.046.859**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	524.653	524.653
Reserva de capital	13.2	50.880	44.226
Reserva de lucros	13.4	472.519	413.807
Total do patrimônio líquido		**1.048.052**	**982.686**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.453.137**	**2.063.460**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**59.275**	**52.092**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**59.275**	**52.092**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	14	(23.873)	(21.358)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(2.058)	(284)
Prejuízo operacional		**(25.931)**	**(21.642)**
Receitas financeiras	15	250.690	226.212
Despesas financeiras	15	(135.668)	(126.815)
Resultado financeiro líquido		**115.022**	**99.397**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**89.091**	**77.755**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.2	(24.109)	(17.039)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	(5.707)	(8.624)
Lucro líquido do exercício		**59.275**	**52.092**
Lucro líquido por ações – básico e diluído – R$	17	0,0262	0,0230

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		**59.275**	**52.092**
Ajustes ao lucro líquido:		(114.189)	(93.618)
Depreciação e amortização	8/14	85	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.707	8.624
Receitas financeiras, líquidas	5.2	(262.625)	(237.235)
Juros, variações monetárias líquidas	9/12.3	129.436	125.789
Provisão para contingências	12	(125)	(1.744)
Pagamento baseado em ações	16	13.333	10.933
Variações nos ativos e passivos		**(159.189)**	**(88.964)**
Tributos a recuperar		(385)	(2.739)
Outros créditos		17	967
Contas a receber de partes relacionadas		344	48.886
Fornecedores		(868)	845
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(5.529)	(14.320)
Obrigações tributárias		26.541	18.230
Outras contas a pagar		–	104
Pagamento de contingências	12	–	(45)
Contas a pagar a partes relacionadas		(15.857)	5.245
Juros pagos	9.2	(140.052)	(116.565)
Juros recebidos		105	3
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.505)	(29.575)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(214.103)**	**(130.490)**
Resgate de aplicações financeiras, líquido	5	2.239.208	140.000
Compras de bens e equipamentos	8.2	(44)	(374)
Caixa líquido das atividades de investimento		**2.239.164**	**139.626**
Pagamento de leasing		–	(203)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9.2	(618.472)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	13.5	(495)	(321)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**(618.967)**	**(524)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.406.094**	**8.612**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	33.155	24.543
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.439.249	33.155
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.406.094**	**8.612**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Lucro líquido do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**524.653**	**33.293**	**41.070**	**321.140**	**–**	**920.156**
Pagamento baseado em ações		–	10.933	–	–	–	10.933
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	52.092	52.092
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal		–	–	2.605	–	(2.605)	–
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(495)	(495)
Constituição de reserva de lucros para expansão		–	–	–	48.992	(48.992)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**524.653**	**44.226**	**43.675**	**370.132**	**–**	**982.686**
Pagamento baseado em ações	16	–	6.654	–	–	–	6.654
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	59.275	59.275
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da reserva legal	13.3	–	–	2.964	–	(2.964)	–
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	13.5	–	–	–	–	(563)	(563)
Constituição de reserva de lucros para expansão	13.4	–	–	–	55.748	(55.748)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**524.653**	**50.880**	**46.639**	**425.880**	**–**	**1.048.052**

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	**(928)**	**(3.462)**
Valor adicionado bruto	**(928)**	**(3.462)**
Depreciação e amortização	(85)	(15)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(1.013)**	**(3.477)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	262.913	237.244
Valor adicionado total a distribuir	**261.900**	**233.767**
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	20.602	20.651
Benefícios	3.251	2.968
FGTS	374	512
Pessoal	**24.227**	**24.131**
Federais	42.733	28.059
Municipais	–	2.206
Impostos, taxas e contribuições	**42.733**	**30.265**
Juros e variações cambiais	135.665	126.815
Aluguéis	–	464
Remuneração de capital de terceiros	**135.665**	**127.279**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	563	495
Lucros retidos do exercício	58.712	51.597
Remuneração de capital próprio	**59.275**	**52.092**
Valor adicionado total distribuído	**261.900**	**233.767**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT"), constituída em setembro de 2010, é uma sociedade anônima regulada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Atualmente, a Companhia tem como única acionista direta a Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP"), e sua controladora final e indireta é a StoneCo Ltd., uma sociedade constituída nas Ilhas Cayman e listada na bolsa americana NASDAQ (Ticker: STNE). A sede da MNLT está localizada na Avenida Rebouças, nº 2880, 3º andar, sala 2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é uma sociedade por ações que tem como objeto principal a operação de adquirência, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard, Diners e Elo, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos. Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de adquirência e deixou de ser uma regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC TAPSO, e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo. A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria "B" na CVM.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as normas e regulamentos emitidos pela CVM e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela CVM; e em conformidade com as normas contábeis ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis" IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da demonstração do valor adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Segundo as IFRS, a apresentação dessa demonstração não é requerida. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.2. Base de preparação e apresentação:** A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valor justo de ativos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos e para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2026.

3. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **3.1. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. **3.2.1. Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obtenham a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento. A Companhia adotou a política de apresentar os ativos de direito de uso na nota de Imobilizado Nota 8.2.. **3.2.2. Passivos de direito de uso:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia e suas controladas que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **3.3. Pronunciamentos novos ou revisados ainda não adotados:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **• CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgações:** Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **• CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados numa de cinco categorias: operacionais, investimentos, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão recentemente definidas, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas 'funções' identificadas das demonstrações financeiras primárias ("DFP") e nas notas . Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de 'lucro ou prejuízo' para 'lucro ou prejuízo operacional' e eliminando as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, existem alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está atualmente revisando a norma para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e nas notas às demonstrações financeiras do período corrente e comparativo. **3.4. Environmental, Social and Governance ("ESG"):** A MNLT, buscando fortalecer a responsabilidade social e ambiental do Grupo StoneCo, seguiu aprimorando em 2025 sua abordagem de sustentabilidade, o que incluiu o investimento constante em práticas e princípios ESG. No nível da StoneCo Ltd, a companhia deu continuidade à utilização da matriz de materialidade revisada em 2024, baseada no conceito de dupla materialidade, que permite a identificação e a priorização dos nove temas mais relevantes para os seus públicos de relacionamento. Em 2025, foi divulgado o terceiro relatório anual de sustentabilidade de forma voluntária, referente ao exercício de 2024, elaborado segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). Este relatório foi submetido à verificação externa e independente, e o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) divulgado conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, em 2025, foram definidos e publicados os Nossos Compromissos com a Sociedade, fundamentados na materialidade da companhia e alinhados à Agenda 2030 da ONU. Esses compromissos compartilham o mesmo horizonte temporal e conectam-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao planejamento estratégico da organização. Com o intuito de organizar o plano estratégico sob prioridades claras, os compromissos foram estruturados em quatro pilares estratégicos, sendo eles Impacto Social, Nossas Pessoas, Meio Ambiente e Governança.

4. Caixa e equivalentes de caixa – 4.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2. Composição dos saldos	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos em bancos nacionais	1.439.249	33.155
	1.439.249	**33.155**

5. Aplicações financeiras – 5.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, as aplicações financeiras da Companhia são compostas por suas cotas no FIDC TAPSO. Este ativo financeiro foi reconhecido inicialmente ao valor justo e classificado como subsequentemente mensurado ao VJR. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido.

5.2. Composição dos saldos	31/12/2025	31/12/2024
Cotas FIDC TAPSO Mezanino A	–	1.976.583
	–	**1.976.583**

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O objetivo do FIDC TAPSO é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade do regulamento; e (ii) ativos financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do FIDC TAPSO, conforme estabelecidos no regulamento. O FIDC TAPSO passa por auditoria para assegurar a transparência e conformidade com as normas vigentes. A movimentação das aplicações financeiras é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	**1.976.583**	**1.879.348**
Resgate de cotas	(2.239.208)	–
Venda de cotas	–	(140.000)
Ganho com valorização das cotas do FIDC TAPSO	262.625	237.235
Saldo em 31 de dezembro	**–**	**1.976.583**

Em 31 de dezembro de 2025, a MNLT realizou o resgate integral de suas cotas no FIDC TAPSO, deixando de deter participação no FIDC TAPSO. O FIDC TAPSO pertence 100,0% a StoneCo e suas controladoras (100% em 31 de dezembro de 2024), sendo que em 31 de dezembro de 2025 a MNLT não detém cotas (6,1% em 31 de dezembro de 2024), a Stone IP 71,8% (37,5% em 31 de dezembro de 2024), a Pagar.me S.A. ("Pagar.me") 11,8% (45,0% em 31 de dezembro 2024), a StoneCo 9,2% (6,4% em 31 de dezembro de 2024), e o StoneCo Exclusivo Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIC FIM") detém 7,2% (5,0% em 31 de dezembro de 2024). O FIDC TAPSO deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. O FIDC possui um prazo de vigência total de 20 anos. Entretanto, devido às amortizações das quotas serem realizadas dentro de um período de até 12 meses, o investimento é classificado como ativo circulante.

6. Imposto de renda e contribuição social – 6.1. Políticas contábeis: O imposto de renda ("IRPJ") é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente para IRPJ. A contribuição social ("CSLL") é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **6.1.1. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira. **6.1.2. Impostos correntes:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

DATA MERCANTIL
Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 14,15 e 16 de Março de 2026

... continuação

MNLT S.A.

6.2. Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.091	77.755
Alíquotas vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(30.291)**	**(26.437)**
Outros incentivos fiscais	779	1.142
Outras diferenças permanentes	(304)	(368)
Imposto de renda e contribuição social	**(29.816)**	**(25.663)**
Impostos correntes	(24.109)	(17.039)
Impostos diferidos	(5.707)	(8.624)
Imposto de renda e contribuição social	**(29.816)**	**(25.663)**
Alíquota efetiva	33%	33%

6.3. Impostos diferidos

	31/12/2024	Reconhecimento no resultado do exercício	31/12/2025
Diferenças temporárias	12.186	1.235	13.421
Prejuízo fiscal/Base negativa [(a)]	6.942	(6.942)	–
Total ativo fiscal diferido	**19.128**	**(5.707)**	**13.421**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19.128**	**(5.707)**	**13.421**

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía prejuízo fiscal de R$ – (R$ 20.245 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa da contribuição social de R$ – (R$ 20.276 em 31 de dezembro de 2024) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição.

7. Transações com partes relacionadas – As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas, conselheiros e diretores sobre os quais exercem influência significativa. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. A garantia vigente refere-se à Stone IP, que atua como garantidora nas debêntures emitidas pela MNLT. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações referem-se a despesas compartilhadas entre partes relacionadas e estão demonstrados a seguir:

Ativos	31/12/2025	31/12/2024
Pagar.me S.A. (controlador direto comum)	–	220
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. – (controlador final comum)	–	1
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	–	24
Stone Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. (controlador final comum)	–	26
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	–	43
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	–	8
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador direto comum)	–	3
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	–	2
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	–	1
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	–	2
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	–	1
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	–	1
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum)	–	2
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	–	1
Contas a receber de partes relacionadas	**–**	**344**
Passivos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. – (controlador final comum)	8	–
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	60	–
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	38	–
Stone Instituição de Pagamento S.A. – (controlador direto)	–	15.963
Contas a pagar de partes relacionadas	**106**	**15.963**

7.1. Pessoas-chave: Os administradores da Companhia também são administradores de outras Companhias pertencentes ao Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNLT não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

8. Imobilizado – 8.1. Políticas contábeis: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão a Companhia e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática	5
Instalações	5
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **8.1.1. Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do contrato na data de início do contrato. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. **8.1.2. Grupo como arrendatário:** A Companhia aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. A Companhia reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de realizar pagamentos ao arrendador, em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. **8.1.3. Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos subsequentemente por depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, dos custos diretos iniciais incorridos e de pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de direito de uso, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Imóveis	9

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. O ativo de direito de uso está também sujeito à redução ao valor recuperável. **8.1.4. Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que o ocorre o evento ou a condição que resulta na obrigação de pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos em essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. **8.1.5. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo de imóveis, softwares, veículos e outros equipamentos (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares norte-americanos). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

8.2. Movimentação dos saldos	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Equipamento de informática	3.770	–	–	3.770
Instalações	374	44	–	418
Máquinas e equipamentos	99	–	–	99
Móveis e utensílios	410	–	–	410
Direito de uso [(a)]	30.989	–	(30.989)	–
Custo	**35.642**	**44**	**(30.989)**	**4.697**
Equipamento de informática	(3.768)	(2)	–	(3.770)
Instalações	–	(82)	–	(82)
Máquinas e equipamentos	(99)	–	–	(99)
Móveis e utensílios	(409)	(1)	–	(410)
Depreciação acumulada	**(4.276)**	**(85)**	**–**	**(4.361)**
Imobilizado, líquido	**31.366**	**(41)**	**(30.989)**	**336**

(a) Em janeiro de 2025 o contrato de leasing para locação de um escritório foi transferido para outra entidade do Grupo StoneCo.

	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Equipamento de informática	3.770	–	–	3.770
Instalações	–	38	336	374
Máquinas e equipamentos	99	–	–	99
Móveis e utensílios	410	–	–	410
Imobilizado em andamento	–	336	(336)	–
Direito de uso[(a)]	–	30.989	–	30.989
Custo	**4.279**	**31.363**	**–**	**35.642**
Equipamento de informática	(3.760)	(8)	–	(3.768)
Máquinas e equipamentos	(99)	–	–	(99)
Imóveis	–	–	–	–
Móveis e utensílios	(402)	(7)	–	(409)
Depreciação acumulada	**(4.261)**	**(15)**	**–**	**(4.276)**
Imobilizado, líquido	**18**	**31.348**	**–**	**31.366**

(a) Em dezembro de 2024, a Companhia firmou um contrato de leasing para a locação de um novo escritório.

9. Empréstimos e financiamentos – 9.1. Políticas contábeis: A Companhia realiza financiamentos para sua gestão de liquidez. Os passivos financeiros decorrentes destas operações são classificados, no reconhecimento inicial, como mensuráveis ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado. Atualmente, os financiamentos em vigor da Companhia são classificados como mensuráveis ao custo amortizado e reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados considerando o MJE, para o qual é definida a TJE de cada transação. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são partes integrantes da TJE. As despesas resultantes da amortização da TJE são classificadas como Despesas financeiras na demonstração do resultado. Ganhos e perdas resultantes de desreconhecimento de financiamentos são reconhecidos no resultado.

9.2. Movimentação dos saldos

	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2024	Baixas	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
Debêntures(a) (c)	CDI + 1,75% a.a	Out/26	1.023.198	–	129.105	(618.472)	(140.052)	393.779
Leasing[(b)]	12,42% a.a	Dez/33	30.988	(30.988)	–	–	–	–
			1.054.186	**(30.988)**	**129.105**	**(618.472)**	**(140.052)**	**393.779**
Circulante			26.532					393.779
Não circulante			1.027.654					–

	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2023	Adições	Baixas	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	31/12/2024
Debêntures[(a)]	CDI + 1,75% a.a	Out/26	1.014.234	–	–	–	(116.565)	125.529	1.023.198
Leasing[(b)]	12,42% a.a	Dez/33	–	31.391	(232)	(203)	–	33	30.989
			1.014.234	**31.391**	**(232)**	**(203)**	**(116.565)**	**125.562**	**1.054.187**
Circulante			16.953						26.532
Não circulante			997.281						1.027.654

(a) Em 08 de novembro de 2023, a MNLT concluiu sua primeira emissão de debêntures no valor total de R$ 1 bilhão, com prazo de três anos e taxa de CDI + 1,75% a.a. As debêntures são outorgadas com garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406/22, pela Stone IP e StoneCo, e foi a primeira emissão corporativa do Grupo StoneCo no mercado de capitais brasileiro. (b) Em dezembro de 2024, a Companhia firmou um contrato de arrendamento de um novo escritório, localizado na Avenida Rebouças, nº 2880, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500, com prazo contratual de nove anos. Em 15 de janeiro de 2025, o contrato foi transferido para outra entidade do Grupo StoneCo. (c) No terceiro trimestre de 2025, a Companhia realizou, através de oferta pública de recompra, a aquisição de cerca de 62% da primeira série de debêntures que foram emitidas em 2023. **10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias – 10.1. Políticas contábeis:** Os passivos relacionados com benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados à medida que o serviço relacionado é prestado. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa pelo valor esperado a ser pago em relação a bônus e participação nos lucros. A bonificação e a participação nos lucros líquidáveis em dinheiro a cada pessoa são determinadas com base nos seguintes fatores: lucro líquido ajustado, metas globais, metas departamentais e avaliação de desempenho individual. O Grupo reconhece uma provisão quando é contratualmente obrigado ou quando existe uma prática passada que cria uma obrigação não formalizada. A Companhia reconhece como passivo as obrigações previdenciárias devidas sobre verbas trabalhistas na mesma competência em que estas obrigações são reconhecidas.

10.2. Composição dos saldos	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para participação lucros e bônus	8.210	6.842
Provisão para férias, 13º salário e encargos	518	610
INSS a recolher	91	219
FGTS a pagar	38	36
Total	**8.857**	**7.707**
Circulante	3.495	4.804
Não circulante	5.362	2.903
11. Obrigações tributárias	**31/12/2025**	**31/12/2024**
IRPJ e CSLL	536	–
Impostos de terceiros retidos na fonte	150	144
PIS e COFINS[(a)]	469	991
Total	**1.155**	**1.135**

(a) Saldo refere substancialmente a PIS e COFINS diferidos sobre a uniformização dos critérios contábeis da aplicação no FIDC TAPSO, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

12. Provisão para contingências – A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. **12.1. Políticas contábeis:** Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **12.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado. Para perdas prováveis, processos individualmente imateriais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perda dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. Para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva, a Companhia continua a avaliar a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso. **12.3. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial:** Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários, como segue:

	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**139**	**207**	**1.555**	**1.901**
Adições	150	134	–	284
Reversões	(196)	(160)	(1.672)	(2.028)
Juros	42	61	124	227
Pagamentos	–	(45)	–	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**135**	**197**	**7**	**339**
Adições	3.973	42	–	4.015
Reversões	(4.052)	(82)	(6)	(4.140)
Juros	285	43	3	331
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**341**	**200**	**4**	**545**

12.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial: A Companhia possui ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias [(a)]	6.698	5.572
	6.698	**5.572**

(a) Refere-se principalmente a processos tributários que têm como objeto principal a operação de adquirência.

13. Patrimônio líquido – 13.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social no valor total de R$ 524.653 está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias, normativas e sem valor nominal e 10 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalizando 2.260.490.302 ações, integralmente detidas pela Stone IP. **13.2. Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2025, a MNLT destinou um montante de R$ 6.654 (R$ 10.933 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R$ 50.880 (R$ 44.226 em 31 de dezembro de 2024) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 16). **13.3. Reserva legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a MNLT deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido. Esta reserva não pode exceder a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceder a 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2025, a MNLT constituiu uma reserva legal no montante de R$ 2.964 (R$ 2.605 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é R$ 46.639 (R$ 43.675 em 31 de dezembro de 2024). **13.4. Reserva de investimentos:** A reserva de investimentos foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações com o objetivo de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a MNLT constituiu uma reserva de investimento no montante de R$ 55.748 (R$ 48.992 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2025 é R$ 425.880 (R$ 370.132 em 31 de dezembro de 2024). **13.5. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e, se houver, pela constituição/reversão da reserva para contingências. A tabela a seguir apresenta as destinações do lucro líquido de 2025 e 2024, bem como a movimentação de saldo de dividendos a pagar nos respectivos exercícios:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	59.275	52.092
(-) Constituição da reserva legal – 5%	(2.964)	(2.605)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**56.311**	**49.487**
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	563	495
Dividendos propostos pela Administração	**563**	**495**

Movimentação dos dividendos a pagar:	2025	2024
Saldo de dividendos a pagar em 1º de janeiro	**495**	**321**
Dividendos pagos ao longo do exercício	(495)	(321)
Dividendos mínimos obrigatórios constituídos no exercício	563	495
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro	**563**	**495**

14. Despesas por natureza	2025	2024
Pessoal	23.066	19.318
Provisão (reversão) de contingências	179	(1.584)
Serviços de terceiros	616	1.175
Taxas e contribuições	45	225
Captura e processamento	308	230
Depreciação e amortização	85	15
Outras despesas operacionais	2.617	1.639
Outras despesas administrativas	(985)	624
Total	**25.931**	**21.642**

15. Resultado financeiro – A tabela abaixo apresenta a composição das receitas e despesas financeiras nos exercícios de 2024 e 2025:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas (a)	250.399	226.203
Rendimentos de aplicações financeiras	–	5
Outras receitas financeiras	291	4
	250.690	**226.212**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(135.593)	(125.529)
Outras despesas financeiras	(75)	(1.286)
	(135.668)	**(126.815)**
Resultado financeiro, líquido	**115.022**	**99.397**

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R$ 12.226 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 11.032 em 31 de dezembro de 2024).

16. Pagamento baseado em ações – A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. **16.1. Políticas contábeis:** As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das *Restricted Shares Units* ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e *Performance Shares Units* ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **16.2. Restricted share units ("RSU"):** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("*vesting period*") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. **16.3. Performance share units ("PSU"):** Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. **16.4. Movimentação dos planos:** As movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos planos são apresentadas a seguir:

	RSU	PSU	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.288.144**	**722.674**	**2.010.818**
Outorgadas	232.701	80.644	313.345
Emitidas	(100.553)	–	(100.553)
Transferências entre empresas do grupo [(a)]	(742.802)	(382.215)	(1.125.017)
Canceladas	(35.071)	(49.437)	(84.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**642.419**	**371.666**	**1.014.085**
Outorgadas	64.952	88.683	153.635
Emitidas	(158.983)	–	(158.983)
Transferências entre empresas do grupo [(a)]	(5.481)	–	(5.481)
Canceladas	(2.863)	–	(2.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**540.044**	**460.349**	**1.000.393**

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R$ 13.333 (R$ 14.205 em 31 de dezembro de 2024) e reserva de capital no montante de R$ 6.654 (R$ 10.933 em 31 de dezembro de 2024) referente à remuneração baseada em ações.

17. Lucro por ação – 17.1. Políticas contábeis: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação considera a quantidade de ações em circulação para fins de lucro (prejuízo) básico mais (quando diluído) a quantidade de ações potencialmente emissíveis calculada pelo método de ações em tesouraria, conforme exigido pelo IAS 33/CPC 41. Todas as quantidades de ações para efeito de lucro por ação são as médias ponderadas de cada período apresentado. **17.2. Cálculo do resultado por ação básico e diluído:** Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício (numerador do lucro básico por ação)	59.275	52.092
Número médio ponderado de ações em circulação	2.260.490.302	2.260.490.302
Denominador do lucro básico por ação	**2.260.490.302**	**2.260.490.302**
Lucro básico por ação (em reais)	**0,0262**	**0,0230**
Lucro líquido do exercício (numerador do lucro diluído por ação)	59.275	52.092
Número médio ponderado de ações em circulação	2.260.490.302	2.260.490.302
Denominador do lucro diluído por ação	**2.260.490.302**	**2.260.490.302**
Lucro diluído por ação (em reais)	**0,0262**	**0,0230**

18. Instrumentos financeiros – 18.1. Políticas contábeis: 18.1.1. Ativos financeiros: 18.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático previsto no CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros"

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

DATA MERCANTIL Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 14,15 e 16 de Março de 2026

... continuação

MNLT S.A.

("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **18.1.1.1.1. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. **18.1.1.1.2. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de partes relacionadas, aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa e outros créditos. **18.1.1.1.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **18.1.1.1.4. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **18.1.1.1.5. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 2025 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **18.1.1.2. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir. **18.1.1.3. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. **18.1.2. Passivos financeiros: 18.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar. **18.1.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **18.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não possui passivos financeiros ao VJR. **18.1.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar. **18.1.2.3. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **18.1.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. • O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível à Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **18.1.2.5. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida. **18.1.2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** De tempos em tempos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger seus riscos moeda estrangeira. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado. **18.2. Gestão de riscos:** O gerenciamento de riscos é feito não a nível da entidade individual MNLT, e sim a nível do conglomerado a qual ela pertence, junto de outras empresas do Grupo StoneCo ("Conglomerado Prudencial Stone"). O Conglomerado Prudencial Stone possui a Diretoria de Gestão de Riscos, unidade específica segregada das unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna, responsável pela atividade de gerenciamento de riscos e de capital. Neste contexto, o Conglomerado Prudencial Stone possui a Norma de Gestão de Riscos e Capital para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Stone em diversas jurisdições e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital. As atividades da área de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement). **18.2.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. **18.2.1.1. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. **18.2.2. Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela MNLT, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de política interna. **18.2.2.1. Risco de taxa de juros:** É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de suas aplicações financeiras (ativo financeiro) e debêntures (passivo financeiro). As aplicações financeiras e as debêntures (ambas contratadas em reais) estão expostas principalmente à variação da taxa de juros CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros à qual os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2025. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável a taxa CDI futura de 14,90% em 31 de dezembro de 2025 (12,15% em 31 de dezembro de 2024), com base em informações disponíveis na B3. Partindo do cenário provável, foram calculados outros dois cenários considerando deteriorações das taxas de 25% e 50%.

18.2.2.1.1. Resultado da análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário I	Cenário II – Stress de 25%	Cenário III – Stress de 50%
Taxa CDI			12,15 %	9,11 %	6,08 %
Aplicações financeiras (Nota 5)	1.976.583	Diminuição do CDI	491.224	363.402	239.259
Receita financeira estimada para os próximos 12 meses			**491.224**	**363.402**	**239.259**

18.2.2.1.2. Resultado da análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco	Cenário I – Provável	Cenário II – Stress de 25%	Cenário III – Stress de 50%
Taxa CDI			14,90 %	18,63 %	22,35 %
Componente fixo de juros			1,75 %	1,75 %	1,75 %
Taxa CDI + Componente fixo de juros			16,65 %	20,38 %	24,10 %
Debêntures (Nota 9)	393.779	Aumento do CDI	(105.781)	(128.259)	(159.349)
Despesa financeira estimada para os próximos 12 meses			**(105.781)**	**(128.259)**	**(159.349)**
Operação	**Saldo em 31/12/2024**	**Risco**	**Cenário I – Provável**	**Cenário II – Stress de 25%**	**Cenário III – Stress de 50%**
Taxa CDI			12,15 %	15,19 %	18,23 %
Componente fixo de juros			1,75 %	1,75 %	1,75 %
Taxa CDI + Componente fixo de juros			13,90 %	16,94 %	19,98 %
Debêntures (Nota 9)	1.023.198	Aumento do CDI	(135.552)	(163.806)	(191.617)
Despesa financeira estimada para os próximos 12 meses			**(135.552)**	**(163.806)**	**(191.617)**

18.2.2.2. Risco cambial: Pelo fato de todos os ativos e passivos financeiros da Companhia serem denominados em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. **18.2.3. Risco de liquidez:** É o risco de a MNLT não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado por meio de política interna.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	80	–	–
Empréstimos e financiamentos	440.783	–	–
Dividendos a pagar	563	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	106	–
	441.426	**106**	**–**
31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	949	–	–
Empréstimos e financiamentos	161.770	1.188.622	33.589
Dividendos a pagar	495	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	15.963	–
Outras contas a pagar	–	–	–
	163.214	**1.204.585**	**33.589**

18.3. Instrumentos financeiros por categoria: 18.3.1. Ativos financeiros

	Custo amortizado	VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Outros créditos	131	–	131
	131	**–**	**131**
	Custo amortizado	**VJR**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2024			
Aplicações financeiras	–	1.976.583	1.976.583
Contas a receber de partes relacionadas	344	–	344
Outros créditos	152	–	152
	496	**1.976.583**	**1.977.079**

18.3.2. Passivos financeiros

	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	80	80
Empréstimos e financiamentos	393.779	393.779
Dividendos a pagar	563	563
Contas a pagar a partes relacionadas	106	106
	394.528	**394.528**
	Custo amortizado	**Total**
31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	949	949
Empréstimos e financiamentos	1.054.186	1.054.186
Dividendos a pagar	495	495
Contas a pagar a partes relacionadas	15.963	15.963
	1.071.593	**1.071.593**

18.4. Estimativa do valor justo: 18.4.1. Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela a seguir apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis dos valores justos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos [(a)]	393.779	396.751	1.054.186	1.087.384
Total	**393.779**	**396.751**	**1.054.186**	**1.087.384**

(a) O valor justo dos Empréstimos e financiamentos foi estimado descontando os fluxos de caixa contratuais futuros pelas taxas de juros disponíveis no mercado que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

18.4.2. Instrumentos financeiros por hierarquia de valor justo

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor justo	Nível de hierarquia
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	–	II	1.976.583	II
Total	**–**		**1.976.583**	

18.5. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo. O Caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.439.249	33.155
Aplicações financeiras	–	1.976.583
Contas a receber de partes relacionadas	–	344
Caixa ajustado	**1.439.249**	**2.010.082**
Empréstimos e financiamentos	(393.779)	(1.054.186)
Dívida ajustada	**(393.779)**	**(1.054.186)**
(=) Caixa líquido ajustado	**1.045.470**	**955.896**

19. Serviços prestados pelos auditores independentes – A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

20. Eventos subsequentes – Em reunião realizada em 16 de janeiro de 2026, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R$ 370.000, com base no saldo da reserva de investimentos.

Mateus Scherer Schwening – Diretor

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MNLT S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MNLT S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Captações e aplicações correspondentes: Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.2, a Companhia realizou a liquidação integral do investimento em cotas do Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO") no montante de R$ 2.239.208 mil. O saldo decorrente dessa liquidação foi utilizado para a recompra de debêntures, conforme nota explicativa nº 9, sendo o valor excedente mantido em caixa e equivalentes de caixa. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R$ 393.779 mil em debêntures e R$ 1.439.249 mil em caixa e equivalentes de caixa. Considerando a relevância dessas operações para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, identificamos as captações e aplicações correspondentes como o principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, confirmação da existência das debêntures por meio de circularização do custodiante, a inspeção dos contratos e a verificação da correta valorização do saldo remanescente bem como a validação de caixa e equivalente de caixa por meio de extratos bancários. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as captações e aplicações correspondentes, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

DATA MERCANTIL
Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 14,15 e 16 de Março de 2026

... continuação **MNLT S.A.**

das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

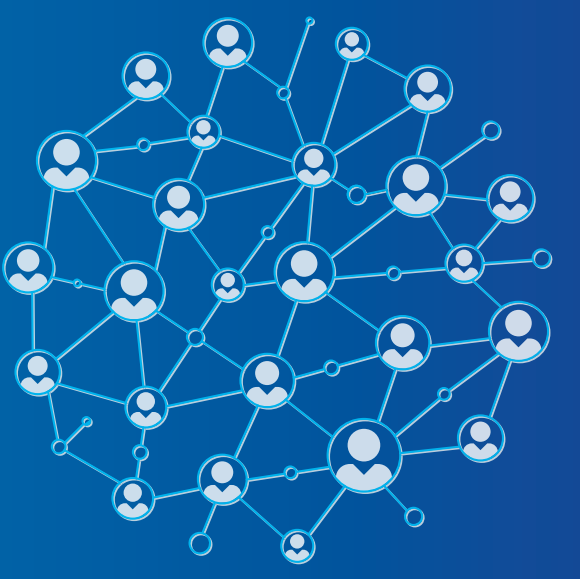
São Paulo, 06 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador
CRC SP 241.659/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo